



Processo Administrativo nº 005/2021.

Requerente: Heber Lucena Carlos (Parque Manduri)

Requeridos: José Aldemir da Silva Roque (Gordo Acauã) e Emerson Belo Duarte (Emerson Vicente)

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Heber Lucena Carlos, tendo como justificativa a prática antidesportiva dos requeridos Gordo Acauã (vaqueiro puxador) e Emerson Vicente (vaqueiro esteira) durante o desafio ao Boi Surubim, ocorrido na sexta-feira (16/07/2021) durante a Vaquejada do Parque Manduri na cidade de Surubim/PE. Alega em síntese o requerente/denunciante: ***“que após o desafio, recebeu inúmeras imagens “da carreira”, ficando comprovado que os competidores Gordo Acauã e Emerson Vicente utilizaram de equipamento proibido para dar choque no boi, com a intenção de derrubá-lo. Diante disso, solicitou ao juiz de bem estar animal que analisasse as imagens e que tomasse a medida cabível ao caso naquele momento. Que, após a análise feita pelo juiz de bem-estar, os citados competidores foram desclassificados da competição. Além da medida mencionada, compareceu a Delegacia de Polícia, registrando uma notícia crime, já que há indícios de prática de crime ambiental.”*** Por entender que as atitudes dos competidores feriram também o Regulamento Geral da ABVAQ, o requerente/denunciante, encaminhou requerimento à ABVAQ solicitando abertura de processo administrativo, com aplicação das punições cabíveis a cada um dos competidores citados, juntando fotos e vídeos comprovando os fatos alegados, bem como cópia do Boletim de Ocorrência nº 21E0206001225.

Diante da denúncia recebida, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia, inclusive com pedido de análise da possibilidade de suspensão imediata dos competidores das corridas canceladas até o encerramento do presente processo administrativo.

#### **Da suspensão imediatas dos requeridos/denunciados das corridas canceladas**

A ABVAQ – Associação Brasileira de Vaquejada teve seu Regulamento Geral de Vaquejada reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Av. Nossa senhora dos Navegantes, n.º 104, SL 507, Empresarial Dilascio, Tambaú – João Pessoa – PB  
CEP: 58.039-110 – e-mail: abavaq.abvaq@gmail.com





através da Portaria nº 1.781 de 14 de agosto de 2017, “como apropriado para zelar do “Bem-Estar Animal” dos bovinos e equinos participantes da prática esportiva.”

No mais, com a publicação da Lei nº 13.873 de 17 de setembro de 2019, a qual regulamenta o § 7º, do art. 225 da Carta Magna, há, em seu art. 3ºB, o reconhecimento de regulamentos de associações, aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como aptos a estabelecer regras de bem-estar animal e com a possibilidade de prever sanções para os casos de descumprimento, senão vejamos:

“Art. 3ºB: Serão aprovados regulamentos específicos para rodeio, a vaquejada, o laço e as modalidades esportivas equestres por suas respectivas associações ou entidades esportivas reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º. Os regulamentos referidos no caput deste artigo devem estabelecer regras que assegurem a proteção ao bem-estar animal e prever sanções para os casos de descumprimento.”

Dessa forma, as regras e sanções previstas no Regulamento Geral de Vaquejada tem sua validade reconhecida não apenas pela Portaria do MAPA de nº 1.781, mas também por força da Lei nº 13.873/2019.

O Regulamento Geral de Vaquejada estabelece “**normas de realização dos eventos, de bem-estar animal**, além de definir procedimentos e estabelecer diretrizes garantidoras do bom andamento do esporte, através do controle de prevenção sanitário-ambientais, higiênico-sanitárias e de segurança em geral.”

O citado Regulamento traz várias normas proibitivas de conduta antidesportivas, inclusive dos competidores, sempre buscando garantir o bem-estar dos animais, senão vejamos:

“Art. 33 – Em relação ao boi, sob pena de “0”, os cavaleiros não poderão bater, tocar sua face, apoiar-se em seu lombo; ou seja, **o boi é intocável**, salvo se para evitar a queda do vaqueiro ou involuntariamente.

Art. 38 – Os promotores dos eventos, suas equipes de apoio e organização, **assim como os competidores, têm obrigação de preservar os animais envolvidos no esporte,**





sendo que qualquer maltrato proposital aos bois e cavalos acarretará a responsabilização daquele diretamente envolvido na ocorrência.

Art. 39 – A ABVAQ fomenta a prática da atividade cultural esportiva da vaquejada, protegendo os animais envolvidos ativamente através de estabelecimento e imposição de regras rígidas as quais regem todo e qualquer evento oficializado por esta associação.

.....  
Art. 41 – Todos os animais (bovinos e equinos) deverão, em qualquer ocasião, serem tratados de modo humanitário, com dignidade, respeito e compaixão.

1. (...)
2. É obrigatória a presença de juiz de Bem-Estar Animal que tem como função a fiscalização das práticas adotadas pelas pessoas em relação aos animais. O juiz atua durante a realização das provas, tendo o poder de desclassificar qualquer atleta que por ventura venha a descumprir qualquer uma das regras impostas no regulamento da ABVAQ.

Art. 42 – **Nas provas regulamentadas pela ABVAQ é dever salvaguardar tanto o bem-estar do gado, como o bem-estar do cavalo e do cavaleiro que estiverem competindo.** É obrigatória a presença de uma equipe de médicos veterinários de prontidão em todos os eventos com a equipamentos e medicamentos adequados.

.....  
Art. 47 – **É proibido uso de instrumento que possam provocar qualquer sangramento nos animais em competição e/ou que provoquem dor aguda ou perfuração.**

Art. 48 – **É terminantemente proibido tocar o boi com quaisquer equipamentos que possam vir a causar dor ou sangramento no animal, esteja o boi dentro do brete, no curral de espera ou dentro da pista de competição."**

508





Além das normas citadas, ***"aplicar-se-á, subsidiariamente, o regulamento da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Quarto de Milha – ABQM, às situações não previstas e/ou não reguladas"*** no Regulamento Geral de Vaquejada da ABVAQ.

No caso em tela, observa-se através, não apenas da denúncia recebida, de fotos e vídeos, que os competidores usaram de equipamento de choque, durante a apresentação, o que é vedado no Regulamento Geral de Vaquejada.

Destaca-se, ainda, que a conduta ilegal praticada pelos denunciados, além de sua gravidade, foi previamente pensada e articulada, conforme confessado em áudios e vídeos.

Tal conduta, inclusive, foi verificada pelo juiz de bem-estar animal presente no evento, o qual, após análise das imagens, decidiu de imediato pela desclassificação dos competidores do evento.

No mais, comprovando a autoria e a culpabilidade dos competidores, foi anexado à denúncia áudios e vídeos, nos quais os mesmos confessam a prática vedada.

O uso de equipamento proibido, dentre eles o choque, não apenas é caso de violação do Regulamento Geral de Vaquejada, mas de indícios de prática de crime ambiental, previsto no art. 32, da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, fato inclusive comunicado pelo requerente/denunciante as autoridades policiais, conforme consta no já citado Boletim de Ocorrência.

O que se busca *in casu* não é apenas aplicar uma pena administrativa aos competidores denunciados, afastando-os, das competições chanceladas por esta associação, mas também demonstrar a todo coletivo social o aspecto negativo e reprovável da conduta, buscando, com isso, intimidar os competidores no geral para que não pratiquem qualquer ato que possa implicar em maus tratos aos animais.

Entende esta Comissão Administrativa Disciplinar estarem presentes os requisitos necessários para suspensão dos requeridos/denunciado de forma imediata das corridas chanceladas, uma vez que há provas suficientes da autoria e da culpabilidade de cada um dos envolvidos, bem como há necessidade urgente de afastá-los das competições, para evitar que os mesmos cometam novos atos de maus tratos aos animais.

Assim, com fulcro no § 3º, do art. 24 do Estatuto Social da ABQM, aqui aplicado subsidiariamente, os competidores José Aldemir da Silva Roque (Gordo Acauã) e Emerson Belo Duarte (Emerson Vicente), devem ser afastados liminarmente das competições de vaquejadas chanceladas por esta associação, a partir da presente data, até o julgamento meritório do processo administrativo.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do





Presidente, intime-se os competidores requeridos/denunciados, bem como os proprietários dos eventos que irão realizar corridas chanceladas, para não permitir a realização de inscrições dos denunciados enquanto tiver vigente a presente decisão.

Remeta-se cópia desta decisão, da denúncia e dos documentos que a ela vieram anexados, à Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha.

Após as medidas acima citadas, os autos devem voltar a esta Comissão para regular prosseguimento do feito.

João Pessoa/PB., 19 de julho de 2021.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão